

INTRODUÇÃO

O presente Projeto de Pesquisa tem como tema a “População em Situação de Rua”. Como objeto de estudo é colocado o seguinte questionamento: Quais são as Políticas Públicas existentes para o enfrentamento da População em Situação de Rua no Município de Vitória (ES)?

O interesse em pesquisar o tema, partiu de atividades em sala de aula. O primeiro contato foi em uma atividade no 3º período, onde começou a despertar pelo tema, na segunda oportunidade, outro contato com o tema, em conversa com uma Assistente Social do Centro de Referência Especializado de Assistência Social, (CREAS), sobre a rede de proteção Social e sendo uma das abordagens a Situação de Rua, despertando o interesse maior em pesquisar sobre sua gênese, o cenário histórico e contemporâneo, desafios cotidianos e principalmente as políticas voltadas para essa expressão. A partir dessa experiência, a decisão em aprofundar o tema no projeto de pesquisa e TCC.

A População em situação de rua em sua gênese, se deu com o desenvolvimento capitalista e a acumulação do capital, como expressão da questão social, advindas da exploração da força de trabalho, trazendo precarização nas condições de vida da classe operária destaca (SILVA, 2009, p.115).

Segundo (SILVA, 2009, p.162), a População em situação de rua, entre um dos fatores está relacionado com as relações familiares, que perpassam por laços afetivos rompidos, e estando em condição de rua, passam a desenvolver relações sociais com pessoas que compartilham da mesma condição de rua.

Os laços afetivos quando rompidos, e quanto a população de rua, se encontram em condições precárias, afastados de seus familiares por diversos fatores, socializam entre si, formando amizades onde se ajudam.

Segundo o site do (CFESS, 2017):

Embora desconhecidas por muita gente, as multideterminações sociais que promovem o fenômeno social “população em situação de rua” não se explicam a partir de um só aspecto (como a falta de moradia, trabalho e renda, rompimento dos vínculos familiares, adversidades pessoais e doenças, e fatores ligados a desastres geográficos, como inundações e secas).

Embora sejam os mais abrangentes aspectos, todos eles traduzem a forma que apresenta na sociedade como expressão, uma realidade latente, que estão

em condição de rua por direitos violados e sem perspectiva de vida, e continuam com um futuro sem expectativa de sair dessa condição.

A situação de rua não é uma condição escolhida pelas pessoas que nela se encontram. Muito pelo contrário, viu que elas foram colocadas nessa condição. O modo de produção capitalista exige a existência de pessoas que não conseguiram inserção no mercado formal de trabalho e quanto mais o capitalismo se desenvolve, mais contradição e atrocidades ele carrega (TIENGO, 2020, p.43).

A autora nos traz um aspecto relevante, pois as pessoas em situação de rua, se encontram nessa condição não por escolha própria, como a sociedade identifica, mas sim por um sistema capitalista que alimenta a desigualdade através da exploração da força de trabalho e segregação da classe trabalhadora.

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Objetivo Geral

Identificar quais Políticas Públicas existentes para o enfrentamento da População em Situação de rua no município de Vitória (ES).

1.1.2 Objetivos Específicos

- Identificar os programas voltadas para o enfrentamento da População em Situação de rua no município de Vitória (ES).
- Identificar os projetos voltadas para o enfrentamento da População em Situação de rua no município de Vitória (ES).
- Identificar os serviços voltadas para o enfrentamento da População em Situação de rua no município de Vitória (ES).

1.2 JUSTIFICATIVA

Abordar sobre o fenômeno “População em Situação de Rua”, é relevante porque traz uma realidade vivida cotidianamente por uma classe vítima do sistema capitalista, impactando nas condições de vida preconizadas, segregação e preconceito da

sociedade sob uma visão moralista nas condições características ao comportamento das pessoas em condição de rua. A abordagem trará quanto acadêmica um aprofundamento teórico, sendo de suma importância a necessidade da realização da pesquisa.

A pesquisa possibilitará um aprimoramento e conhecimento na abordagem ao tema, como construção quanto futura Assistente Social, como futura atuação sob essas expressões. População em situação de rua, vivem nas ruas em condições sub-humanas de vulnerabilidade extrema, sofrem violência diariamente, são vítimas por vezes fatais, sendo vistos como marginais, sem condições mínimas de vida, invisíveis à sociedade. Trazer esses dados, darão resposta a sociedade que o tema deve ser debatido por se tratar de um preconceito estruturado, e que esse grupo de pessoas não estão sozinhos.

Diante das informações vistas todos os dias em programas de televisão, jornais, sites, e as mídias em geral, mostram a população em situação de rua, como um grupo de pessoas que sofrem todos os dias violência, sem nenhuma condição de defesa, e que na maioria das vezes nem é noticiado, apenas se tornam mais uma vítima da violência urbana.

Uma pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), publicada em março de 2020, aponta que 221.869 pessoas se encontram em condição de rua no Brasil. De fato, são dados alarmantes e com uma necessidade de suma importância ser debatido, apesar de não ser tratar de um estudo novo, é necessário abordar pois essa expressão ainda é presente e requer uma busca por melhores condições através de políticas públicas efetivas para o enfrentamento da População em Situação de Rua. A relevância em abordar esse tema, será tão somente quanto aspecto acadêmico, e sim uma resposta a sociedade sobre o entendimento como se desenvolve esse fenômeno abordado nesse trabalho, e suas vulnerabilidades e possibilidades de enfrentamento da expressão.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 QUESTÃO SOCIAL

Este item, traz o processo que se deu o desenvolvimento da Questão Social, resgate históricos e contemporâneos, a desigualdade e suas expressões, trazendo elementos que formaram o processo do capitalismo e suas relações com o capital e trabalho, resultando impactos na classe trabalhadora, desafios, conquistas e os desdobramentos e consequências.

3.1.1 Questão Social: Concepção Histórica e Contemporânea no Brasil e no Mundo.

Santos (2012) aborda o início da Questão Social como um processo de produção e reprodução do capital, onde o modo que esse processo, enraizado na contradição entre o modo capital e trabalho.

Segundo Iamamoto e Carvalho (1995, p. 77), Questão Social são as expressões:

[...] do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e da repressão.

Iamamoto (1995), retrata a concepção da Questão Social, o processo de desenvolvimento capitalista e o início do processo de produção e reprodução sob a classe proletária, destacando o conceito histórico.

A expressão Questão Social segundo Netto (2001, p. 153-154) surge:

[...] para dar conta do fenômeno mais evidente da história da Europa Ocidental que experimentava os impactos da primeira onda industrializante, iniciada na Inglaterra no último quartel do Século XVII. Trata-se do fenômeno do pauperismo [...].

Cabe citar o trabalho de Netto (2001), onde destaca o pauperismo em forma limitada de condições de vida e de mão de obra, no que tange maior a necessidade de produzir riquezas, traz desigualdade, conseqüentemente à população trabalhadora a pauperização absoluta.

Outro aspecto citado por Iamamoto (2013), nos traz que o capitalismo existe desde o cenário histórico, onde traduz uma realidade sob relações sociais entre pessoas e classes, das quais produzem e reproduzem capital onde resulta o efeito produção.

Sendo o capital uma relação social, suponho outro termo de relação: o trabalho assalariado, do mesmo modo que pressupõe o capital e trabalho assalariado são uma unidade de diversos; um se expressa no outro um recria o outro, um nega o outro. O capital pressupõe como parte desse mesmo trabalho assalariado (IAMAMOTO, 2013, p.37).

Em outro modelo, Iamamoto (2013), aponta a relação do trabalhador com o capital, na forma como ele se expressa, se desenvolve e impacta a vida da classe proletária, gerando posteriormente expressões. Assim é expresso que o capitalismo existe desde o cenário histórico, onde traduz uma realidade sob relações sociais entre pessoas e classes, das quais produzem e reproduzem capital onde resulta o efeito produção.

De início é importante destacar a obra de Netto e Braz, onde trazem de forma descritiva o processo primitivo de acumulação. Assim destacam:

A acumulação primitiva produziu-se na Inglaterra na sua forma mais "clássica", e não por acaso esse país experimentou tão pioneira e intensamente o desenvolvimento capitalista; no entanto, também noutros espaços da Europa Ocidental ela deve lugar. Na ilha, seu principal instrumento foram os "cercamentos" (enclosures) das terras comunais dos camponeses: os produtores fundiários (landlords), através da violência mais brutal, transformaram terras em pastagens de ovelhas, expulsando delas os camponeses (NETTO E BRAZ, 2012, p. 99).

Silva (2009, p. 94), contextualiza o capitalismo na Questão Social, onde se inicia com os camponeses, chamada de acumulação primitiva que se deu na Europa do século XVI, no surgimento na era feudal e posteriormente na pré-industrial, onde houve uma desapropriação das terras dos camponeses, onde foram expulsos de propriedades, saindo da zona rural, em função do fluxo migratório, os separando de seu meio de produção, não havendo perspectiva de futuro, superlotam as periferias e os centros urbanos em busca de trabalho.

[...] (trabalhadores ora repelidos, ora atraídos pelo mercado de trabalho nos grandes centros industriais), latente (trabalhadores que migraram da zona rural para as cidades, por se encontrarem sempre na iminência dessa migração provocada pelo processo de acumulação do capital na agricultura), estagnada (parte do exército industrial em ação, mas em ocupações irregulares), além do pauperismo (SILVA, 2009, p.97). Silva (2009), menciona o processo de migração, suas consequências causadas pelo processo industrial, que impactou uma única classe, sob interesses voltados ao capital, a exploração da mão de obra trabalhadora.

O ciclo que se desenvolve em relação às condições em que os trabalhadores advindos da zona rural se submetem ao sistema capitalista em contínua e excessiva carga de trabalho, vivenciando em condições subhumanas, estando em condições de rua, sobrevivendo a degradação e a desigualdade instalada (TIENGO, 2020, p. 26).

Marx (2013), referenciou os temas de crise, pauperismo e situação dos trabalhadores fabris sem referir-se uma única vez à “Questão Social”, nomeando-a de “questão operária”, ao promover a substituição da palavra ‘social’ pela ‘operária’. Dessa forma, ele passa a utilizar novos termos como: valor, trabalho, exploração, mais-valia, pauperismo e acumulação, para explicar cientificamente a partir das lutas sociais, a expressão “Questão Social”.

Vale notar a contribuição de Iamamoto (2003), que diz respeito de forma abrangente uma análise da Questão Social, de forma constitutiva das relações capitalistas, trazendo de forma ampliada como expressão das desigualdades sociais, o oposto do desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social desde o cenário histórico e contemporâneo.

A questão social é também a questão da formação da classe operária e de sua entrada no cenário político, da necessidade de seu reconhecimento pelo Estado e, portanto, da implementação de políticas que de alguma forma levem em consideração seus interesses. [...] Ao mesmo tempo, a "questão social" deixa de ser apenas contradição entre abençoados e desabençoados pela fortuna, pobres e ricos, ou entre dominantes e dominados, para constituir-se, essencialmente, na contradição antagônica entre burguesia e proletariado, independentemente do pleno amadurecimento das condições necessárias à sua superação” (IAMAMOTO, 2014, p. 135).

Iamamoto (2004), ressalta que as múltiplas expressões da Questão Social trazendo como importante e central a questão social, é o aumento da precarização do processo de trabalho, e por consequência o desemprego instalado sob a classe trabalhadora, onde essas raízes estão associadas no processo de globalização financeira. Segundo Marx (2012, p. 29):

Ocasiona uma acumulação de miséria correspondente à acumulação de capital. Portanto, a acumulação de riqueza num polo é, ao mesmo tempo, a acumulação de miséria, o suplício do trabalho, a escravidão, a ignorância, a brutalização e a degradação moral no polo oposto.

Na obra de Santos, aborda em suas considerações quanto a pobreza, que no processo anterior ao capitalismo, esse aspecto era descritivo como:

A pobreza existente antes do capitalismo era determinada socialmente pela divisão entre classes, mas se devia, principalmente, ao baixo

desenvolvimento das forças produtivas, que deixavam por exemplo, a produção agrícola inteiramente vulnerável às pragas que acometiam as plantações ou outras catástrofes naturais, produtoras de longos períodos de fome e epidemias nos países do “velho mundo” (SANTOS, 2012, p. 29). Marx (2013), considera que a classe social maior impactada sob a acumulação do capital é a classe operária, visto que são subordinados aos detentores da força do trabalho, vivendo em condições precárias e de segregação.

Para Iamamoto (2013), a Questão Social em sua gênese ontológica, seus elementos que por razão do capitalismo, têm impactos na classe trabalhadora como desigualdade e miséria, onde perpassou por séculos e ainda persiste:

Chimini (2021), nos traz que historicamente a população rural foi expropriada de suas terras, em razão do sistema capitalista neoliberal, conseqüentemente sem perspectiva, foram obrigados a se deslocarem para as periferias urbanas, originando o êxodo rural, que foi o maior impacto na sociedade brasileira.

Este contexto sobre a degradação da classe trabalhadora, Santos (2012, p. 134), traz destaca o processo de pauperização em que vivia a classe trabalhadora, sem condições de trabalho no sentido de capacitação, violados direitos à saneamento, habitação, educação, saúde, são elementos que remetem um indicador central do pauperismo impactados na vida do trabalhador.

Na reflexão de Santos (2012), retratam as condições miseráveis em que a classe trabalhadora vivia sob a exploração do capitalismo, sem condições básicas de sobrevivência, partindo desse contexto, uma geração pauperizada.

Outro autor, que nos traz uma reflexão referente à desigualdade

Igualmente construído nas sociabilidades capitalistas desde o século XIX, até os dias de hoje, polêmico, controverso, e não consensual, recepciona variadas interpretações e tem seu abstrato nas desigualdades [...], apresentando como eixo central a exploração e a subordinação do trabalho pelo capital (CHAVES, 2021).

Este aspecto também é comentado por Iamamoto (2013), quando a classe operária, sob dominação ao sistema capitalista, e diante das imposições da burguesia, começam a se organizarem em luta a direitos de melhores condições de trabalho, porém ao mesmo passo, a burguesia percebe a possível ameaça, e se unem ao Estado no objetivo de realizar um controle social da exploração.

[...] trata-se, na maioria das vezes desta vulnerabilidade criada pela degradação das relações de trabalho e das proteções correlatas, digamos para ir logo para a crise da sociedade salarial. Pode-se então vir falar de precarização, de vulnerabilidade, de marginalização, mas não de exclusão (CASTEL, 2000, p. 42).

A vulnerabilidade como estrutura, vem da precarização nas condições em que o trabalho traz na vida do trabalhador, provocando segregação na classe, condições de vida social precárias, segundo a análise de Castel (2000).

A Pobreza na sociedade capitalista, é consequência da desigualdade na distribuição da riqueza produzida visto que a reprodução é social e a apropriação privada baseada na exploração do capital sobre o trabalho. Logo, a pobreza é uma expressão da questão social composta dos produtos necessários à acumulação capitalista que associa acumulação de riqueza a acumulação de miséria (TIENGO, 2020 p.67).

Ainda nesta mesma linha de considerações, Tiengo 2020, destaca a pobreza como expressão da Questão Social, sob consequência do sistema capitalista, nas formas de exploração nas relações de trabalho.

Também de acordo com Iamamoto (2013) onde conclui que a exploração sob a classe trabalhadora, só é possível se houver condições degradantes em todos os aspectos de vida, pois ao trabalhador se dedicar tempo integral sob pressão, trabalha excessivamente, tendo cada vez seu tempo restrito para sua vida pessoal e familiar.

Vale salientar, nas considerações de Silva (2009) que a divisão desigual do capital produzido pela classe trabalhadora através da sua mão-de-obra, de forma contundente traz consequências à vida cotidiana, gerando pobreza.

Observe que a classe trabalhadora vive sobre a degradação em consequência da exploração de mão obra trabalhadora, o que para o capitalismo não denota nenhum interesse de mudança, pelo contrário, Carcanholo nos traz esse processo de trabalho na seguinte reflexão:

[...] enquanto o aumento da intensidade significa concentrar maior quantidade de trabalho dentro de um mesmo espaço de tempo e, portanto, produzir a mercadoria em menos tempo, mas com a mesma quantidade de trabalho, a intensificação implica maior esforço por parte do trabalhador e é desse ponto de vista, é muito similar a uma extensão da jornada de trabalho (CARCANHOLO, p. 107).

Outro aspecto levantado por Castel (2000) é que se torna visível a expansão do capitalismo, no sentido da globalização, onde se deu início a uma nova perspectiva nas relações entre o capital e trabalho, sob a gestão do Estado, originando-se a exclusão.

Pobreza, exclusão e subalternidade configuram-se, pois como indicadores de uma forma de inserção na vida social, de uma condição de classe de outras condições reiteradas das Desigualdades, (como gênero, etnia, procedência etc.), expressando as relações vigentes na sociedade. (YAZBEK, 2021 p.34).

Como faz notar, Silva (2009) a pobreza mantida pelo capitalismo, traz o trabalhador em forma de refém de sua própria condição, assim alimentando cada vez mais o capitalismo. Ainda ressalta, que é possível acabar com a desigualdade, superando esse processo de exploração, onde possam produzir seus meios de produção socialmente.

Iamamoto (2004), destaca que a influência da globalização mundial, dará um novo formato aos que tange a relação trabalho/capital. Isto porque com os bancos fazendo aliança com as indústrias, consequentemente novos investimentos tecnológicos, científicos nessas indústrias, no que diminui a mão de obra, resultando pessoas sem trabalho.

Vale notar a contribuição de Gerschman (1997), a respeito para a globalização, como um sistema intensificador da desigualdade, fundante de uma economia de consumo mantida e influenciada pelas mídias, permitindo uma versão antagônica cada vez maior entre o trabalhador e o capitalismo.

Netto (2001), sob a análise marxista, traz a exploração e a uma classe empobrecida, direitos trabalhistas violados, mínimas condições de vida, levando a mais extrema pobreza, trazendo a classe trabalhadora uma relação subalterna na relação classe trabalhadora/ burguesia.

A exploração não é um traço distintivo do regime do capital, (sabe-se de que de fato que formas sociais assentadas na exploração precedem largamente a ordem burguesa) o que é distintivo desse regime entre outros traços, é que a exploração se efetiva no Marco de contradições e antagonismo que a tornam pela primeira vez na história registrada suprimível sem a supressão das condições nas quais se cria exponencialmente a riqueza social (NETTO, 2001, p. 157-158).

A classe operária, nessa época, vivia em condições paupérrimas na era industrial como vimos anteriormente, neste cenário, a classe começa a se organizar em um movimento contra os desmandos do capitalismo, e por melhores condições de vida e trabalho, destaca Milhomem (2021).

Vale ressaltar o processo da classe operária:

No Brasil, a luta da classe operária por direitos trabalhistas teve início um pouco mais tarde, no início do século XX. Naquela época, a maior parte dos trabalhadores estava situada em São Paulo e no Rio de Janeiro, influenciados pelas ideias de liberdade comunista e anarquista vindas da Europa (MILHOMEM, 2021).

Nas contribuições de Castel (1998), é possível notar, que o processo de desenvolvimento do sistema capitalista, perpassou por cenários que foram gerando configurações neoliberais, trazendo novas formas de exploração ao que tange a relação com o trabalho, acentuando a vulnerabilidade da vida do trabalhador.

Castel (2000) nos traz uma realidade ainda latente em nossa sociedade. Mesmo com conquistas adquiridas através de tanto sofrimento e lutas em prol de melhores condições trabalhistas, ainda somos sujeitos ao sistema capitalista e as expressões que traduzem a Questão Social.

Sob as ideias de Silva (2009, p.173)

A sociedade capitalista é marcada por desigualdades econômicas e sociais decorrentes da estrutura social que lhe dá sustentação: a divisão em classes sociais, com interesses antagônicos, ou seja, a classe dos detentores dos meios de produção, que controla o trabalho e se apropria da riqueza de trabalho, que sobrevive e se reproduz pela venda dessa força. Assim, a pobreza e a desigualdade social, conforme se discutiu anteriormente, tem suas raízes fincadas nessa estrutura social capitalista.

Sobre as condições de trabalho impostas pelo sistema capitalista, Santos (2012) nos aponta que na classe trabalhadora, no século XIX, houve o processo de expansão do capital onde faziam trabalhar em uma carga horária de até 16 horas exaustivas, tanto operários, quanto mulheres e crianças.

Esse processo de exploração que gerou pauperização e segregação, se atenuam nas condições de vida, Silva (2012, p. 37):

A concentração de produção, reunindo os trabalhadores na linha de montagem das fábricas e intensificando a divisão social do trabalho, leva a concentração da população operária que residindo nos seus arredores, vai incrementar o processo de urbanização. Era o flagrante a ausência de investimento em infraestrutura urbana, o desprezo pelas condições de vida operária, significativos níveis de morbidade, mortalidade da população infantil e adulta, habitações em locais insalubres, doenças, fome, baixos salários.

Em considerações a obra de Castel, traz menção ao que se posiciona a respeito da questão social e as relações com a classe trabalhadora:

A questão social, hoje, coloca-se basicamente a partir da produção e distribuição de riquezas. Traduz-se pela erosão dos sistemas de proteção social, vulnerabilidade das relações sociais e pelo questionamento da intervenção estatal (CASTEL, 2000, p. 7).

Isto também vem ao encontro de Santos (2012), conclui que a exploração traz uma parte da sociedade que sofre pela desigualdade, vítima de um sistema que se fortalece através da mão de obra escravizada, passam por vulnerabilidades pelas expressões da Questão Social.

Vale notar a contribuição de Faleiros, aspectos que dizem respeito a reprodução das desigualdades:

A reprodução da força de trabalho reproduz também a situação de classe e as desigualdades sociais inerentes ao sistema capitalista. As habitações, a carreira escolar, a formação profissional, a internação, os seguros sociais, a assistência, reproduzem não só a força de trabalho, mas também o lugar ocupado pela classe trabalhadora no sistema de organização da política social;1) a institucionalização discriminatória, fragmentada e dominadora da realização das políticas sociais 2) a forma de prestação de serviços e dinheiro vinculadas à própria manutenção da situação de classe (FALEIROS, 1995, p 68).

Iamamoto (2011), traz a reflexão na obra *Capital Fetiche*, numa análise contraditória do capitalismo sobre a Questão Social, descreve a classe trabalhadora, numa culpabilização de forma individual e isolado, trazendo uma perspectiva de que a desigualdade provém de desafios cotidianos gerados, quando a questão social é uma dimensão coletiva.

Outro aspecto por Iamamoto (2011, p. 164), em sua mesma obra, nos traz a seguinte dimensão dos verdadeiros interesses na ótica liberal:

[...] A pulverização da questão social, típica da ótica liberal, resulta na automatização de suas múltiplas expressões, as várias "questões sociais" em detrimento da perspectiva de unidade, impede-se, assim o resgate do complexo de causalidades que determinam as origens da questão social, imanente à organização social capitalista, o que não elide a necessidade de aprender as múltiplas expressões e formas concretas.

A questão social, no processo de concepção e desenvolvimento, vem do capitalismo expressa pelo processo de acumulação de produção e reprodução da força de trabalho na forma exploratória a mão de obra trabalhadora, destaca Santos (2012).

Braz e Netto (2012, p. 152) através de sua obra, traz o desenvolvimento do processo de acumulação capitalista partindo de mudanças nas reações, onde se afirma a necessidade de acúmulo da força de trabalho, gerando novas concepções do capital.

Esse processo no cenário neoliberal, evidencia uma realidade que segrega o trabalhador. Castel (2000), retrata a exclusão como um meio em que o trabalhador que por motivações diversas, causadas pelo capitalismo, deixa de ser inserido no mercado de trabalho, sem perspectiva de retorno por causa da competitividade e disputa de oportunidade de emprego.

Assim, Castel (2000, p. 68), aponta os três cuidados ao descrever o discurso do risco da exclusão:

Primeiramente, não chamar de exclusão qualquer disfunção social, mas distinguir cuidadosamente os processos que constituem, hoje, a questão social na globalidade. Em segundo lugar, em se tratando de intervir em populações as mais vulneráveis, esforça-se para que as medidas de discriminação positiva, que são sem dúvida indispensáveis, não se degradem em status de exceção. Esta tarefa extremamente difícil coloca a questão eficácia das políticas de inserção que colocam a possibilidade para as populações em dificuldades de reintegração ao regime comum. Em terceiro, lembrar-se que a luta contra a exclusão é levada também sobretudo pelo modo preventivo, esforçando-se em intervir em fatores de desregulação da sociedade salarial, no coração mesmo dos processos de produção e distribuição de riqueza.

Cabe mencionar, em linhas gerais a análise de Santos (2012), o resultante da pauperização, é a falta acesso aos direitos básicos como: o acesso ao saneamento básico, habitação, educação que fazem parte da subsistência do trabalhador, o que consequentemente, exclusão no que se refere a violação de direitos.

Os aspectos históricos e contemporâneos neste item, elencou as características que perpassam por séculos nas relações de trabalho e capital. Essa reação trouxe à classe trabalhadora várias consequências no cenário econômico, político e social. Tais mudanças que iniciou um processo de pauperização, foram abordados pelos autores. A desigualdade gera vulnerabilidades, expressões da questão social, que no próximo item serão abordadas.

Uma das expressões da Questão Social que será abordada no próximo item será “População em Situação de Rua”, contextualizando sua concepção, características e o processo histórico/contemporâneo desse fenômeno.

2.2 POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

Neste item, faremos uma reflexão no contexto histórico, contemporâneo, destacando aspectos descritivos e constitutivos na perspectiva das relações de concepção e desenvolvimento da expressão População em Situação de rua.

2.2.1 Surgimento da População em Situação de Rua no Brasil e no mundo

Em nosso cotidiano, no percurso de nossas atividades diárias, andando pelas ruas, vendo um noticiário ou nas redes sociais, é possível ter contato com o fenômeno “população em situação de rua”. São um grupo de pessoas que Segundo Tiengo (2020), são vítimas de vulnerabilidades, produzidas por um sistema que produz pobreza, na mesma intensidade que gera riqueza, impactando a vida do trabalhador.

De acordo com Antonini (2019):

A população em situação de rua é um grupo heterogêneo, mas que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares rompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular. Procuram os logradouros públicos (ruas, praças, jardins, canteiros, marquises e embaixo de viadutos) como espaço de moradia e sustento, por contingência temporária ou de forma permanente, podendo utilizar albergues para pernoitar e abrigos.

O fenômeno população em situação de rua como faz notar SILVA (2009. p. 27) “é uma expressão da Questão Social que se constitui a partir de desigualdades, segregação resultantes do sistema capitalista partindo da relação capital/trabalho, gerando pobreza nas condições de vida da classe trabalhadora”.

Scorel (1999, p. 17) por outro lado, em sua obra “Vidas ao léu”, traz a reflexão outro aspecto descritivo sobre o fenômeno, destacando particularidades da população em situação de rua:

[...] A população de rua se distingue entre uma minoria de grupos familiares, que está na rua e, a maioria de “homens sós que andam em grupos, duplas ou sozinhos, para os quais as famílias estão à distância e é apenas uma referência.

A População em situação de rua, historicamente se constituiu a partir da exploração causada pelo capitalismo na chamada acumulação primitiva que se deu na Europa no século XVI, segundo Silva (2009), nos descreve esse processo, em que de forma opressiva, produtores e camponeses foram expulsos de suas terras, sem perspectiva, migraram para os centros urbanos iniciando o processo de pauperização e condição de rua, que iniciou no cenário histórico de precarização e pauperização.

Netto e Braz (2012), comenta que esse processo perpassa por vários cenários econômicos e políticos, que mudaram a configuração do processo capitalista. Essa nova configuração, mudará a acumulação capitalista, onde o sistema capitalista passa a contar com o apoio de bancos para novos avanços em máquinas e instrumentos, necessitando cada vez menos de mão de obra trabalhadora.

A população em situação de rua em sua concepção histórica, traduz o desenvolvimento do sistema capitalista como fundante dessa expressão, onde a relação capital e trabalho produz riqueza e conseqüentemente a essa classe de pessoas miséria e pauperização, como traz em sua reflexão, Tiengo (2020).

As autoras Nunes, Senna e Cinacchi (2022, p.100) vem de encontro em suas reflexões a respeito da concepção da expressão população em situação de rua destacam:

A exploração capitalista aprofunda e amplia o fenômeno da situação de rua, que se apresenta como a mais expressiva face das desigualdades engendradas na ordem do capital, considerando que essa população sofre não somente a expropriação econômico-financeira, mas também a estigmatização que perpassa as sociabilidades, com a negação do acesso a bens, a serviços e a direitos.

No Brasil, a concepção da população em situação de rua, se desenvolveu a partir do processo de trabalho nas condições desumanas impostas pelo sistema capitalista, gerando desigualdade, exclusão e segregação, que com o passar do tempo só atenuou a vulnerabilidade na vida do trabalhador, como destacam os(as) autores(as) Tiengo, Silva, Santos, Castel.

A ótica da pobreza, calcada numa visão de desigualdade social e por esta estendida como repressão do acesso às vantagens sociais, se caracteriza por ser especificamente dinâmica como é qualquer estrutura de poder, onde os dois lados da mesma moeda se atraem, se repelem e assim se complementam [...] A pobreza não é um estado herdado e dado dentro do contexto dos condicionantes socioeconômicos de uma sociedade (DEMO 1980 p. 15).

A desigualdade desde o cenário histórico nos traz características que comprovam o seu desenvolvimento no Brasil, trazendo um agravamento a partir das crises econômicas nos anos 70,80 e na década de 90, as Nações Unidas classificou o Brasil como um dos países de maior desigualdade social, segundo Escorel (1999).

Esse processo capitalista, trouxe grandes agravos na vida do trabalhador, onde YAZBEK (2021, p, 34) destaca:

Pobreza, exclusão e subalternidade configuram-se, pois como indicadores de uma forma de inserção na vida social, de condições de classe e de outras condições reiteradas da desigualdade (como gênero, etnia, procedência), expressando as relações vigentes na sociedade.

Vale notar a contribuição de Tiengo (2020), que diz respeito do fenômeno população em situação de rua, como uma população que sofrem vulnerabilidades por uma desigualdade evidente na sociedade. Esse processo em que se encontram, por vezes, ou em sua maioria, são rotulados pela sociedade como desinteresse em melhorar de condição de vida, ou por estarem nessa condição por vontade própria.

Como faz notar as considerações de Nunes, Senna e Cinacchi (2022), que descrevem a expressão em situação de rua associada a desigualdade como consequência de marcos históricos da Questão social que a tornaram como uma expressão das mais desumanas existentes até os dias atuais.

Ainda nesta mesma linha de considerações:

As características das desigualdades que decorrem da contradição entre o capital e trabalho se agudizam e se apresentam a partir de novas formas de expressão na contemporaneidade, que se ocorrem no desenvolvimento do modo de produção capitalista a riqueza na mão de poucos, gerando mais desigualdade (NUNES, SENNA, CINACCHI, 2022, p. 30).

Outro aspecto levantado por Nunes, Senna e Cinacchi (2022, p. 25) sobre a trajetória de vida da população de rua:

Vítimas da invisibilidade social e com múltiplas determinações sociais vinculadas às suas trajetórias de vida, a população em situação de rua traz marcas dos estigmas, da discriminação e preconceito que se manifestam além um estado de injustiça e violência.

No próximo item, abordaremos sobre as características da população em situação de rua, como vivem, desafios enfrentados no cotidiano e quais motivações levaram esse grupo de pessoas estarem em condição de rua.

2.2.2 Características da população em situação de rua

Uma pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), publicada em março de 2020, aponta que 221.869 pessoas se encontram em condição de rua no Brasil.

Segundo Simões (2010) sobre a população em situação de rua;

É um grupo populacional heterogêneo caracterizado por sua condição de pobreza extrema, pelas interrupções ou fragilidades de vínculos familiares e pela falta de moradia convencional regular.

Pessoas em situação de rua, vivem nessa condição por causa do mercado de trabalho, não tendo condições básicas financeiras para manter-se a si mesmo ou família, vão parar nas ruas, destaca Tiengo (2020), o que não significa que esse fator é único e determinante para sua atual condição.

O Ministério de Direitos Humanos (MDH) relata que:

A população em situação de rua apresenta características de vulnerabilidade social e econômica extrema, levando as pessoas a vivenciarem não só a pobreza social, mas também a pobreza biológica, ou seja, aquela onde o indivíduo luta por proteínas diárias para a sua sobrevivência. Além disso, podemos observar nesse grupo social, a representação de vários públicos que tradicionalmente sofrem discriminação e lutam por direitos como a população negra, LGBTQs, idosos, mulheres, crianças e adolescentes que num dado ciclo da sua vida, em contextos sociais e pessoais extremos, foram levados a viver a experiência de ter a rua como espaço de moradia e sobrevivência (BRASIL, 2020).

Ainda nas considerações, apontam dados alarmantes que trouxe uma nova e triste realidade a população em situação de rua:

A calamidade na saúde pública imposta em março de 2020, e a necessidade de isolamento social para reduzir a transmissão da COVID-19¹ mostram que questões sociais não atendidas no passado, no âmbito da garantia do direito à moradia da população, configuram hoje um sério problema de segurança à saúde pública. O contexto revela mais uma vez que é preciso agir garantindo o direito à moradia para todas as pessoas e, portanto, que é vital superar a condição de populações vivendo em situação de rua no Brasil e no mundo. Se não estivessem nas ruas, estariam mais protegidos contra essa Pandemia e outras situações similares que provavelmente incidirão sobre todos (BRASIL, 2020).

É relevante considerar, apesar de não ser objeto de pesquisa, porém apresenta que são alarmantes e mostram a condição crítica em que a população em situação de rua sofreu e ainda sofre com os impactos da pandemia.

A seguir, uma pesquisa realizada pelo instituto de pesquisa (META) e opinião realizada em 2008, destacam algumas motivações que levaram pessoas estarem em condição de rua:

Os principais motivos pelos quais essas pessoas passaram a viver e morar na rua se referem aos problemas de alcoolismo e/ou drogas (35,5%); desemprego (29,8%) e desavenças com pai/mãe/irmãos (29,1%). Dos entrevistados no censo, 71,3% citaram pelo menos um desses três motivos (que podem estar correlacionados entre si ou um ser consequência do outro).

Tiengo (2020) também reforça que a situação de rua, nem sempre é um evento isolado, pelo contrário, na maioria das vezes são vários fatores que desencadeiam, impactando sua vida, evoluindo para um desejo de se excluir do meio familiar, e consequentemente indo para as ruas.

A pobreza metropolitana comporta especificidades: a economia é essencialmente monetária: os vínculos sociais de solidariedade e dependência, principalmente familiares, são mais tênues; a sua localização e segregação no espaço metropolitano – periferização – agrava o déficit de renda com carência de serviços urbanos; a densidade populacional é elevada e a convivência com diferenças e contrastes extremos de consumo e condições de vida geram tensões sociais, é inconformismo com as condições de pobreza e desigualdade (ESCOREL 1999, p. 30).

Outro aspecto enfrentado pelas pessoas em situação de rua, é a discriminação como descreve o site do CEFESS Manifesta 2012:

Como uma expressão radical da questão social contemporânea, a população em situação de rua caracteriza-se como um fenômeno antigo, multideterminado, inerente à sociedade capitalista, cujas pessoas atingidas sofrem profundos preconceito e discriminação. O preconceito e a discriminação dirigidos às pessoas em situação de rua é também uma forte marca. A começar pelas denominações pejorativas, como “mendigos”, “vagabundos”, “drogados”, entre outras. Por ser estigmatizada pelo Poder público e pela sociedade, essa população é alvo da intolerância, da ojeriza e do desprezo. As práticas higienizadoras que visam camuflar o fenômeno se manifestam pelas ações de despejos ou recolhimento forçado dessas pessoas das ruas; pelos bárbaros assassinatos e perseguições violentas, recorrentes nos tempos atuais. O não acesso às políticas sociais, associado às violações cotidianas ao direito de ir e vir, ao usufruto dos serviços urbanos, ao direito de permanência nas cidades e de acesso a todos os direitos destinados aos/às brasileiros/as expressam as discriminações sofridas por essa população.

Ainda o site do CEFESS destaca que esse grupo de pessoas, que em sua maioria são homens, de acordo com dados coletados, procuram locais nas praças e demais locais públicos para se abrigarem, sem a mínima condição de subsistência sujeitos a todo o tipo de violência.

Moraes (2022) descreve o fenômeno pessoas em situação de rua com dois termos que descrevem o que é “morador de rua” e situação de rua:

Quando falamos “morador de rua”, estamos nos referindo a pessoas que vieram habitar as ruas por diversos motivos. O termo traz um certo peso maior, como se fosse a residência permanente desses seres humanos... Já a expressão “pessoa em situação de rua” especifica melhor quem dorme em praças, viadutos, pontes e em prédios abandonados. É uma forma mais temporária, sendo que algumas pessoas apenas dormem lá e vão para outros locais durante o dia.

Ainda nas considerações de Moraes (2022), considera que esse termo “morador de rua, é uma expressão pejorativa, pois dá a pessoa que está nas ruas como uma realidade escolhida e permanente, sem entender as razões o qual está inserido ali nas ruas, o que já na situação de rua, nos buscam entender suas vulnerabilidades e motivações o qual levaram a estarem nessas condições.

Tiengo (2020, p 64), traduz uma realidade muito triste em especial as mulheres em situação de rua:

A vida das mulheres em situação de rua com frequência vincula-se há um companheiro, que pode assumir o papel de protetor e algoz, visto que ao mesmo tempo que as protegem do assédio e da violência de outros homens eles mesmos praticam uma série de abusos.

Ainda nas considerações de Tiengo (2020), a mulher na condição de rua, por ser mais vulnerável, acredita que estando em um relacionamento afetivo, esteja segura de qualquer violência, pois uma mulher na condição de rua, é um risco ainda maior somente pelo fato de ser mulher, o que torna sua vida nas ruas um desafio contínuo.

Pereira (2008, p. 84) descreve lamentáveis relatos de violência que aconteceram com moradores em situação de rua:

[...] Brutais ataques contra a população de rua de São Paulo, cometidos entre os dias 10 e 22 de agosto de 2004, que resultaram em 7 mortos e 8 feridos para ilustrar os perigos que corre a população de rua. De acordo com o jornal O Estado de Minas, na madrugada de 31/08/2007, um andarilho de 25 anos que dormia em uma rua de Belo Horizonte acordou em desespero ao ver suas pernas pegando fogo. Ataques como este são comuns em todas as cidades do país.

A população em situação de rua, não possuem recursos básicos de subsistência, como higiene dentre outros, o que para a sociedade se tornam marginalizados, sem compreender as suas motivações por estarem nessas condições, em que fazem a rua sua moradia, marcam o grau de falta de respeito e dignidade a essas pessoas que necessitam de acolhida e não preconceito e desprezo, ressalta Silva (2009).

Silva (2009, p.105-106) nos dá uma descrição de quais motivações conduzem as pessoas à condição de rua:

[...] Fala-se de fatores estruturais (ausência de moradia, inexistência de trabalho e renda, mudanças econômicas e institucionais de forte impacto social etc.), fatores biográficos, ligados à história de vida de cada indivíduo (rupturas de vínculos afetivos familiares, doenças mentais, consumo frequente de álcool e outras drogas infortúnios pessoais-mortes de todos os componentes da família, roubos de todos os bens, fuga do país de origem) e ainda fatos da natureza ou desastres em massa- terremotos, inundações etc.

As pessoas em situação de rua, passam por muitos desafios, desde um abrigo para dormir, alimentação e outras necessidades de subsistência. Para Tiengo (2020) além de passar pela discriminação, violência e desprezo, ainda buscam como fuga o álcool e as drogas como fuga.

As autoras Lopes e Mendonça (2009) destacam uma triste realidade sobre o cotidiano das pessoas em condição de rua:

Devido ao alto índice de violência, muitos moradores de rua do município preferem ficar agrupados durante o período da noite, para que uns vigiem, enquanto os outros dormem por algumas horas. Em geral, os assassinatos ocorrem com ataques de facas, armas de fogo e espancamentos.

A condição de rua, além dos desafios cotidianamente, ainda enfrenta preconceito por parte de uma sociedade discriminatória, como Silva (2009 p. 119) destaca:

As diversas denominações pejorativamente utilizadas pela sociedade para designá-las são exemplos do preconceito social existente: “mendigos”, “vagabundos”, “maloqueiros”, “desocupados”, “bandidos”, “contraventores”, “vadios”, “loucos”, “sujos”, “flagelados”, “náufragos da vida”, “rejeitados”, “indesejáveis”, “pedintes”, “encortiçados”, “toxicômanos”, “maltrapilhos”, “psicopatas”, “carentes”, “doentes mentais”, entre outros.

Cabe mencionar que o fenômeno população em situação de rua deu início a partir de elementos constitutivos a partir do cenário histórico do sistema capitalista como vimos anteriormente, onde se inicia o processo de pauperização, uma das condições em que as pessoas vão para a condição de rua, ainda Silva (2009), destaca o rompimento de vínculos afetivos, a pobreza extrema e a falta de habitação, são os principais aspectos característicos do fenômeno.

Vale salientar as reflexões de Lopes e Mendonça (2009) que descrevem o processo de perda da identidade, dentre outros desafios enfrentados que impactam a vida:

[...] lutam por construir várias redes de relações sociais e interpretam e representam os seus limitados papéis na sociedade também no plano simbólico. São sujeitos sociais enfrentando discriminações diversas, se construindo e reconstruindo em condições completamente adversas e violentas devido a uma tradição cultural e política que permanece, em grande medida, ainda privatista e patriarcal, conforme a discussão sobre a cidadania no Brasil.

Importante salientar, que estarem em condição de rua, não significa que seja uma escolha, pelo contrário, são aspectos que impactam a vida, levando a essa condição de rua, comenta segundo Silva (2009, p. 131) nos traz esses elementos que em consequência causam o fenômeno:

[...] outros fatores estruturais ou fatores ligados as histórias de vida dos indivíduos que conduzem a fragilização e ao rompimento dos vínculos familiares, como as desavenças afetivas, os preconceitos relacionados a orientação sexual, a intolerância as situações de uso, abuso e dependência de álcool e outras drogas. Entretanto, no contexto contemporâneo, o fator econômico, expresso principalmente pela ausência de trabalho e renda regulares, é preponderante.

Em outro modelo, Silva (2009, p.164-165) comenta que as pessoas em condição de rua, uma parte desse grupo, anteriormente a essa condição, já estiveram no mercado de trabalho, e que após perderem seus empregos e sua realidade ser as ruas, fazem atividades para sobrevivência.

A seguir, Silva (2009, p. 172) elenca algumas atividades realizadas nas ruas:

Na situação de rua, destacam-se as atividades ligadas a carro (lavar, vigiar, limpar para-brisas, entre outras) e, particularmente, a atividade de catação de materiais recicláveis como alternativa de geração de renda, embora a mendicância ainda seja relevante em algumas localidades.

Diante das reflexões anteriores, vimos como se deu a concepção do fenômeno população em situação de rua, suas características e seus desafios em residir nas ruas, passando por diversas vulnerabilidades e perigos.

As pessoas em situação de rua diariamente precisam lutar para conseguir abrigo, trabalho se precisa que você se proteger da violência quando não conseguem vaga em abrigos, viver com a decepção de não conseguir um trabalho estável e quando conseguem vaga em algum trabalho, ele não supre suas necessidades básicas e elas acabam continuando dependente das instituições voltadas para a população que vivem nas ruas (TIENGO 2020 p. 88).

Outro aspecto levantado por Tiengo (2020), são a forma preconceituosa com que a sociedade vê esse grupo de pessoas, o que resulta uma realidade mais degradante e que causam mais sofrimento, Tiengo (2020, p.88), muitas vezes a doença mental surge como consequência da situação de rua, como uma forma de ignorar a realidade.

A seguir, serão abordadas as políticas públicas e as políticas de assistência que acolhem, criam estratégias que intervêm nas vulnerabilidades, reatam vínculos familiares, na reinserção à sociedade e acima de tudo, resgatar a identidade perdida e gerando novas perspectivas de vida a pessoas que continuam nas ruas necessitando de estratégias mais eficazes ao enfrentamento dessa expressão.

2.3 POLÍTICAS PÚBLICAS

Neste item, abordaremos sobre as políticas públicas, conceito e seu desenvolvimento no Brasil a partir da Constituição de 1988, na perspectiva de atender a população em vulnerabilidade e na garantia de direitos.

2.3.1 Conceito e o desenvolvimento das Políticas Públicas no Brasil a partir de 1988

De início, é relevante destacar o conceito de políticas públicas, onde Macedo (2018) considera:

Políticas públicas são ações e programas que são desenvolvidos pelo Estado para garantir e colocar em prática direitos que são previstos na Constituição Federal e em outras leis. São medidas e programas criados pelos governos dedicados a garantir o bem-estar da população.

Oliveira e Henrique (1990), nos apresenta o processo de pauperização resultante do cenário industrial e a necessidade dos movimentos em reivindicação de direitos:

a. ausência de uma reforma agrária capaz de evitar, tanto a concentração do poder nas mãos de poucos, como a pauperização da população do campo que terminou expulsa de seu trabalho em razão da pobreza e da modernização das lavouras; b. ausência de liberdade de organização. A repressão, por vezes violenta, a movimentos que reivindicassem a radicalização da democracia, isto é, ampliação do acesso aos direitos sociais e às oportunidades de participação política, além da distribuição da renda e da riqueza; c. ausência de uma ampla reforma fiscal e tributária que canalizasse parte do excedente gerado e reorientasse o uso dos recursos públicos, principalmente, em relação às políticas sociais. No Brasil, este item merece destaque em razão de, até recentemente, o país possuir um sistema de amparo e previdência social de caráter não compensatório, isto é, os valores que retornavam ao trabalhador eram arrecadados a partir e apenas para quem tivesse trabalho assalariado e com carteira assinada.

Cabe citar as considerações de Santos (2012), que nos identifica o processo das lutas de classes e suas vulnerabilidades a partir do sistema capitalista e seus impactos causados no cotidiano da classe trabalhadora, o que trouxe grandes movimentos em prol de melhorias de vida, sempre visando condições melhores de vida.

As políticas sociais buscam melhorar o nível geral das condições de vida da população, como fim último, equalizando as interações entre mercado e sociedade, para que haja desenvolvimento econômico e equidade social, via ação estatal prioritariamente, para reduzir vulnerabilidades e riscos sociais, redução da pobreza e garantia de acesso aos serviços de saúde, educação, segurança, saneamento, habitação, dentre outros (ROSSINI, ROTTA, BOSKOVSKI, 2021, p. 13).

A política pública de forma geral, estabelece e articula decisões em que irão agir de forma interventiva nas vulnerabilidades na sociedade, trata-se de uma política estruturada onde organizam-se e concretizam interesses sociais, onde promovem o bem-estar de segmentos sociais, como nota-se Silva (2013).

Parte-se, portanto, do entendimento de que uma política pública, desde sua formação, envolve mobilização e alocação de recursos, divisão de trabalho (tempo); uso de controles (poder), interação entre sujeitos; interesses diversos, adaptações; riscos e incertezas sobre processos e resultados; noção de sucesso e fracasso, destacando-se a relevância dos sujeitos sociais desse processo e suas racionalidades (SILVA, 2013, p. 40).

Partindo dos interesses sociais, Macedo (2018), aponta que para que esses direitos sejam efetivamente garantidos, são necessários três poderes: o Poder Legislativo, que criam as leis, o Poder Executivo que executam as leis e o Poder Judiciário que tem como objetivo de fiscalizar as leis criadas pelo Legislativo.

Ainda na mesma linha de considerações, Macedo (2018) menciona a quem é de direito as políticas públicas:

As políticas públicas afetam a todos os cidadãos, de todas as escolaridades, independente de sexo, raça, religião ou nível social. Com o aprofundamento e a expansão da democracia, as responsabilidades do representante popular se diversificaram. Hoje, é comum dizer que sua função é promover o bem-estar da sociedade. O bem-estar da sociedade está relacionado a ações bem desenvolvidas e à sua execução em áreas como saúde, educação, meio ambiente, habitação, assistência social, lazer, transporte e segurança, ou seja, deve-se contemplar a qualidade de vida como um todo. É a partir desse princípio que, para atingir resultados satisfatórios em diferentes áreas, os governos (federal, estaduais ou municipais) se utilizam das políticas públicas.

As políticas públicas são para viabilizar direito a todos, não devendo ser extinguidas, mesmo na condição de mudança de governantes, como destaca Battini (2007, p. 24) “que as políticas públicas são de atribuições do estado e incorporadas nos direitos sociais na Constituição Federal de 1998 no Brasil”. O desenvolvimento social é um resultado das decisões políticas da sociedade conforme as normas pactuadas na Constituição do estado e na capacidade da ação dos governos na efetivação das políticas públicas” (BATTINI, 2007, p. 26).

No próximo item, abordaremos sobre a Políticas de Assistência, conceito, surgimento e a proteção social e o conjunto de ações e os equipamentos da assistência que asseguram direitos para o enfrentamento sob os riscos sociais para a sociedade menos favorecida.

2.3.2 Política de Assistência Social

Neste item serão abordados a história da Assistência social em sua concepção e o desenvolvimento dos programas, projetos e serviços da assistência social atuantes no enfrentamento da vulnerabilidade social.

O processo histórico da assistência social exercia uma prática em uma base firmada na filantropia e em padrões moralistas em seu surgimento, tendo marco no governo de Getúlio Vargas, “onde a doutrina social era direcionada ao trabalhador e sua família, num contexto que visava uma perspectiva de ajuste e enquadramento social” (MEDEIROS, 2020).

De início é interessante destacar o artigo em que Medeiros (2020) relata sobre o surgimento da assistência social no Brasil, com uma característica assistencialista:

O Assistencialismo realizava-se por meio de ações pontuais, fragmentadas, descontínuas e em desacordo das demais políticas e do conjunto das necessidades

dos usuários. Isso porque reafirmava a exclusão social do indivíduo, o mínimo social não garantia a sobrevivência, promovia a reprodução de uma cultura subalterna e via o clientelismo como um instrumento de troca, barganha, fundada no favor e na benesse (MEDEIROS, 2020).

Ainda sob as considerações de Medeiros (2020), o processo histórico da assistência era caracterizado como “Assistencialismo”, onde elencam os principais eventos que caracterizam esse cenário:

- Constituição Federal de 1934;
- Inexistência de programas institucionais na área social;
- Atendimento às famílias de prole numerosa, os desvalidos, especialmente a maternidade, a infância, as colônias agrícolas etc.
- Modelo filantrópico, assistencial, que visa promover ajuda.
- Política de caráter fragmentado, diversificado, desorganizado e instável.
- Primeiro damismo e a política partidária.

Em outro modelo, Medeiros (2020) ainda nos apresenta, uma fase de transição entre o cenário histórico e o contemporâneo, apontando a Constituição Federal de 1988, como um marco para o avanço no que se refere as lutas da classe vulnerabilizada e a garantia dos direitos.

Vale ressaltar as contribuições de Silveira (2007), que nos traz um novo cenário das políticas sociais, enfatizando a realidade da desigualdade que ainda é latente na sociedade sendo proveniente da acumulação capitalista, identificando a fragilização dos direitos, que se iniciou na década de 1990. Partindo desse contexto, a assistência social, como direito de cidadão e dever do Estado, vem sendo implementada tendo em vista a ampliação do sistema de proteção social brasileiro.

Na década de 80 a sociedade Brasileira encontrava-se num processo de superação da ditadura militar e as instituições democráticas não estavam em pleno funcionamento. O acordo político firmado para lutar contra a ditadura uma vez que cumpriu seu objetivo tornou-se permeável às disputas que dividiam a sociedade. As ações da assistenciais foram retiradas do campo da meritocracia, da ajuda do clientelismo, para serem incluídas entre direitos de cidadania (BATTINI, 2007, p. 31-33).

O artigo 103 da Constituição Federal de 1988 dispõe:

Art. 103-A. O Supremo Tribunal Federal poderá, de ofício ou por provocação, mediante decisão de dois terços dos seus membros, após reiteradas decisões sobre matéria constitucional, aprovar súmula que, a partir de sua publicação na imprensa oficial, terá efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal,

bem como proceder à sua revisão ou cancelamento, na forma estabelecida em lei.
(Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004) (Vide Lei nº 11.417, de 2006)

O artigo 194 da Constituição Federal dispõe:

A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social compete ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base nos seguintes objetivos:

- I** - Universalidade da cobertura e do atendimento;
- II** - Uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais;
- III** - Seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços;
- IV** - Irredutibilidade do valor dos benefícios;
- V** - Equidade na forma de participação no custeio;
- VI** - Diversidade da base de financiamento, identificando-se, em rubricas contábeis específicas para cada área, as receitas e as despesas vinculadas a ações de saúde, previdência e assistência social, preservado o caráter contributivo da previdência social; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 103, de 2019)
- VII** - caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

A Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) nos artigos 1 e 2 dispõe:

Art. 1º A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas.

Art. 2º A assistência social tem por objetivos:

- I** - A proteção social, que visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos, especialmente:
 - a) a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;
 - b) o amparo às crianças e aos adolescentes carentes;
 - c) a promoção da integração ao mercado de trabalho;
 - d) a habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;
 - e) a garantia de 1 (um) salário-mínimo de benefício mensal à pessoa com deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família;
- II** - A vigilância socioassistencial, que visa a analisar territorialmente a capacidade protetiva das famílias e nela a ocorrência de vulnerabilidades, de ameaças, de vitimizações e danos;
- III** - a defesa de direitos, que visa a garantir o pleno acesso aos direitos no conjunto das provisões socioassistenciais.

A Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) nos artigos 1 e 2 dispõe:

Art. 1º A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas.

Art. 2º A assistência social tem por objetivos:

I - A proteção social, que visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos, especialmente:

- f) a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;
- g) o amparo às crianças e aos adolescentes carentes;
- h) a promoção da integração ao mercado de trabalho;
- i) a habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;
- j) a garantia de 1 (um) salário-mínimo de benefício mensal à pessoa com deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família;

II - A vigilância socioassistencial, que visa a analisar territorialmente a capacidade protetiva das famílias e nela a ocorrência de vulnerabilidades, de ameaças, de vitimizações e danos;

III - a defesa de direitos, que visa a garantir o pleno acesso aos direitos no conjunto das provisões socioassistenciais.

A Lei Orgânica de Assistência Social (1993) define em seus artigos 23, 24 e 25 a definição de serviços, programas e projetos respectivamente.

Art. 23. Entendem-se por serviços socioassistenciais as atividades continuadas que visem à melhoria de vida da população e cujas ações, voltadas para as necessidades básicas, observem os objetivos, princípios e diretrizes estabelecidos nesta Lei ([Redação dada pela Lei nº 12.435, de 2011](#)).

[...]

Art. 24. Os programas de assistência social compreendem ações integradas e complementares com objetivos, tempo e área de abrangência definidos para qualificar, incentivar e melhorar os benefícios e os serviços assistenciais. Os programas de que trata este artigo serão definidos pelos respectivos Conselhos de Assistência Social, obedecidos os objetivos e princípios que regem esta lei, com prioridade para a inserção profissional e social. Os programas voltados para o idoso e a integração da pessoa com deficiência serão devidamente articulados com o benefício de prestação continuada estabelecido no art. 20 desta Lei. ([Redação dada pela Lei nº 12.435, de 2011](#))

[...]

Art. 25. Os projetos de enfrentamento da pobreza compreendem a instituição de investimento econômico-social nos grupos populares, buscando subsidiar, financeira e tecnicamente, iniciativas que lhes garantam meios, capacidade produtiva e de gestão para melhoria das condições gerais de subsistência, elevação do padrão da qualidade de vida, a preservação do meio-ambiente e sua organização social. O incentivo a projetos de enfrentamento da pobreza assentar-se-á em mecanismos de articulação e de participação de diferentes áreas governamentais e em sistema de cooperação entre organismos governamentais, não governamentais e da sociedade civil. ([Incluído pela Lei nº 14.176, de 2021](#))

[...] (BRASIL, 2011).

O Sistema Único de Assistência Social (SUAS), segundo Silveira (2007, p. 60), “exige, nos limites da aproximação proposta, explorar as contradições de um processo novo construído na perspectiva de superação das formas tradicionais de gestão dos serviços socioassistenciais”.

Os espaços do campo socioassistencial configuram-se como lócus do exercício de poderes, sinalizar rearranjos e acomodações das práticas operadoras da política de assistência social ou impulsionar ampliação do Estado, na perspectiva do direito como mediação fundamental para a superação de uma sociabilidade desigual e opressora e da construção das bases sociais e ideopolíticas de uma sociedade justa e igualitária (SILVEIRA, 2007, p. 60).

Considerando as reflexões de Pereira (1996, p. 70), descreve duas fases vivenciadas na Assistência, na forma tradicional (Filantrópica) o qual tinha como se associava na pobreza como sentido principal. Na Beneficência, tem ação em garantia de direitos.

Assistência Social em seus princípios, segundo Medeiros (2020):

- I. supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica;
- II. universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas;
- III. respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade;
- IV. igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais;
- V. divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão

A Proteção Social de Assistência Social é hierarquizada em dois tipos de proteção e, ainda, tem níveis de complexidade do processo de proteção, como descrito no quadro abaixo.

Proteção Social	Definição
Proteção Social Básica (CRAS)	Visa a construção do protagonismo, e desenvolvimento e fortalecimento de vínculos familiares. A família é inserida em outros serviços, projetos e benefícios para a recomposição de direitos, geração de renda e trabalho, capacitação profissional entre outros.

Proteção Social Especial de Média Complexidade (CREAS)	Restabelecimento de laços familiares rompidos, onde o equipamento público congrega um ou mais serviços de proteção social especial para vítimas de violência e situações de risco social e de violação de direitos.
Proteção Social Especial de Alta Complexidade (ABRIGOS)	Serviços socioassistenciais com caráter de proteção pelo abrigo temporário/transitório, com atendimento integral em caso de risco social ou pessoal, decorrente de abandono, maus – tratos, negligência ou outros fatores, com suspensão momentânea ou quebra de vínculos familiar e comunitário, sendo ofertados os cuidados primários e viabilizada a convivência e as atividades de vida diária.

Fonte: adaptado de Battini (2007, p. 166-174).

Na proteção básica, o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), tem como intervenção através dos serviços segundo

O Cras oferta o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) e o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV). No Cras, os cidadãos também são orientados sobre os benefícios assistenciais e podem ser inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal. Público atendido Famílias e indivíduos em situação grave de desproteção, pessoas com deficiência, idosos, crianças retiradas do trabalho infantil, pessoas inseridas no Cadastro Único, beneficiários do Programa Bolsa Família e do Benefício de Prestação Continuada (BPC), entre outros (BRASIL, 2019).

Ainda Brasil (2019) por parte do Ministério da Cidadania, apresentam os serviços do Centro de Referência Especializado da Assistência Social considera:

os serviços que são oferecidos pelo CREAS Brasil (2019) destacam: Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI;

- Comunidade; Serviço;
- Abandono;
- Adolescentes que estejam em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC);
- Afastamento do convívio familiar devido à aplicação de medida de proteção;
- Violência física, psicológica e negligência;
- Violência sexual: abuso e/ou exploração sexual;
- Situação de rua;
- Discriminação em decorrência da orientação sexual ou raça/etnia;

- Descumprimento de condicionalidades do Programa Bolsa Família e do PETI em decorrência de situações de risco pessoal e social, por violação de direitos;
- Tráfico de pessoas;
- Vivência de trabalho infantil (BRASIL, 2019).

Nos serviços de alta complexidade, Brasil (2019) destacam do site do Ministério da Cidadania destaca:

Já a Proteção Social Especial de Alta Complexidade visa garantir a proteção integral através da oferta de serviços direcionados ao acolhimento institucional, em suas diferentes modalidades. A Alta Complexidade busca, dessa forma, preservar os indivíduos que se encontram em situação de ameaça em seu núcleo familiar e/ou comunitário (BRASIL, 2019).

Ainda nas considerações de Battini (2007), relatam os serviços apresentado no quadro acima, são ações que visam buscar através das estratégias que atendem a cada nível de vulnerabilidade, no enfrentamento da Questão Social e suas expressões desigualdade e buscando seu protagonismo e autonomia ao usuário.

No próximo item será, apontando como se deu a coleta de dados e os demais elementos que foram necessários para a elaboração e discussão do trabalho.

3 METODOLOGIA

O presente estudo aborda o tema “População em Situação de Rua” e tem como objetivo geral identificar quais políticas públicas existentes para o enfrentamento da população de rua no município de Vitória (ES).

No contexto sobre a pesquisa, Gil (2008, p. 17) descreve:

Pode-se definir pesquisa como o procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos. A pesquisa é referida quando não se dispõe de informações suficientes para responder o problema, ou não quando a informação disponível se encontra em tal estado de desordem que não possa ser adequadamente relacionada ao problema.

A metodologia é o caminho o qual o pesquisador passa na perspectiva de obter os resultados do projeto, destaca Minayo (2002) como o caminho do pensamento até a prática. Contudo, na mesma linha de pensamento, Minayo (2002) considera a metodologia como também se constitui através das concepções teóricas de abordagem e o conjunto de técnicas que auxiliam na solução do problema.

Segundo Gil (2002, p. 18), sobre os componentes necessários para se realizar uma pesquisa:

- a) conhecimento do assunto a ser pesquisado;
- b) curiosidade;
- c) criatividade;
- d) integridade intelectual;
- e) atitude autocorretiva;
- f) sensibilidade social;
- g) imaginação disciplinada;
- h) perseverança e paciência;
- i) confiança na experiência.

Para realização da pesquisa, será utilizado a pesquisa bibliográfica, onde de acordo com Gil (2008), é realizada por materiais já existentes, e por vezes são elaboradas somente com pesquisas bibliográficas.

Ainda aponta Gil (2008, p. 3):

[...] a principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente. Essa vantagem torna-se particularmente importante quando o problema de pesquisa requer dados muito dispersos pelo

espaço. Por exemplo, seria impossível a um pesquisador percorrer todo o território brasileiro em busca de dados sobre população ou renda per capita; todavia, se tem a sua disposição uma bibliografia adequada, não tem maiores obstáculos para contar com as informações requeridas. A pesquisa bibliográfica também é indispensável nos estudos históricos. Em muitas situações, não há outra maneira de conhecer os fatos passados se não com base em dados bibliográficos.

A abordagem da pesquisa se dará na natureza dos dados qualitativos, que é a investigação, onde se ocupa a explicação e justificativa da proposta, assim, Gonsalves

(2011, p. 70) “preocupa-se com a compreensão do fenômeno, considerando o significado que os outros dão às suas práticas, o que impõe no pesquisador uma abordagem hermenêutica”.

A coleta de dados, serão realizadas através de literatura direta ou indireta, sobre o assunto, serão coletados através de um levantamento de dados por meio de livros, artigos, teses, dissertações, Cielo, sites dentre outros por meio de objetivos recortados pelo pesquisador. Esta coleta de dados se dará a partir de pesquisas utilizando majoritariamente livros do acervo da biblioteca do Centro Universitário Salesiano (UniSales), acervo da biblioteca da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

Este levantamento preliminar é um momento em que o pesquisador busca elementos conceituais para que envolvem o tema escolhido, aprofundamento conhecimento através da pesquisa, denota Gil (2008, p. 61):

[...] pode ser entendido como um estudo exploratório, posto que tem a finalidade de proporcionar a familiaridade do aluno com a área de estudo no qual está interessado, bem como sua delimitação. Essa familiaridade é essencial para que o problema seja formulado de maneira clara e precisa.

Com a finalidade de analisar os dados coletados, serão desenvolvidos a partir do referencial teórico. A pesquisa irá dispor de informações obtidas resultantes de elementos constitutivos, na perspectiva de responder a proposta do problema abordado, suas categorias teóricas, proporcionando uma análise de literaturas, no intuito de auxiliar na conclusão do trabalho.

- a) escolha do tema;
- b) levantamento bibliográfico preliminar;
- c) formulação do problema;
- d) elaboração do plano provisório de assunto;
- e) busca das fontes;
- f) leitura do material;
- g) fichamento;

- h) organização lógica do assunto; e
- i) redação do texto (GIL, 2010, p. 45).

Gil (2010), aborda sobre o passo a passo da leitura na construção da pesquisa bibliográfica, durante a elaboração do projeto e que são de suma importância para a sua conclusão.

Leitura exploratória, onde exige uma atenção maior do pesquisador ao analisar o conteúdo abordado, o cuidado ao organizar o material com sólidos conhecimentos do assunto a ser tratado. **Leitura seletiva** é o momento em que o pesquisador seleciona o material a partir dos objetivos da pesquisa, com a análise profunda, é possível responder a solução do problema proposto. **Leitura analítica** trata-se do caminho do raciocínio no percurso da leitura, observando as principais ideias na perspectiva **Leitura Interpretativa**. Trata-se da última etapa da leitura de fonte bibliográfica, por se tratar da fase com maior complexidade, pois é a etapa onde se propõe uma solução ao problema (GIL, 2010 p. 59-60).

Em relação ao tratamento de dados, de um modo geral, toda pesquisa necessita realizar um tratamento analítico, como destaca Gil (2002 p. 88) "torna-se necessária a análise de seus dados. Essa análise deve ser feita em observância aos objetivos e ao plano da pesquisa e pode exigir, em alguns casos, o concurso de técnicas altamente sofisticadas".

Marconi e Lakatos (2016, p. 150), traz o passo a passo da elaboração/tratamento dos dados.

Seleção é o exame minucioso dos dados. De posse do material coletado, o pesquisador deve submetê-lo a uma verificação crítica, a fim de detectar falhas ou erros, evitando informações confusas, distorcidas, incompletas, que podem prejudicar o resultado da pesquisa.

Ainda as autoras destacam a importância no que tange a quantidade de dados, para mais ou para menos, e que na dúvida, deve-se voltar ao campo para reavaliar o processo, o que poderá comprometer a próxima análise.

Ainda nesta mesma linha de considerações, Marconi e Lakatos (2016, p.150):

Codificação é a técnica operacional utilizada para categorizar os dados que se relacionam. Mediante a codificação, os dados são transformados em símbolos, podendo ser tabelados e contados.

Esse processo se divide em etapas que são: classificação dos dados através de categorias (organização) e a atribuição de código e letra (segundo significado). Na codificação que transforma o qualitativo em quantitativo, o que contribui para a comunicação.

4 RESULTADO E DISCUSSÃO DA PESQUISA

Neste capítulo será abordado uma breve caracterização do município de Vitória (ES) e logo após será apresentado o resultado da pesquisa.

4.1 BREVE CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE VITÓRIA (ES)

A Ilha de Vitória é formada por um arquipélago composto por 33 ilhas e por uma porção continental, totalizando 93,38 km². As paisagens da cidade encantam a quem chega, quer seja de avião, navio ou pela via terrestre. Sete pontes interligam a Ilha de Vitória ao continente (VITÓRIA, 2019).

A capital do Espírito Santo, com 355.875 habitantes conforme a estimativa de população do IBGE (2015), é o centro da Região Metropolitana, que congrega mais seis municípios - Cariacica, Fundão, Guarapari, Serra, Vila Velha e Viana -, totalizando uma população estimada em 1,910 milhão. Está localizada estrategicamente na Região Sudeste, próxima dos grandes centros urbanos do país. Limita-se ao Norte com o município da Serra, ao Sul com Vila Velha, a Leste com o Oceano Atlântico e a Oeste com o município de Cariacica (VITÓRIA, 2019).

Circundado pela Baía de Vitória e pelo estuário formado pelos rios Santa Maria, Marinho, Bubu e Aribiri, o município apresenta ilhas, encostas, enseadas, mangues e praias, elementos de grande recurso paisagístico (VITÓRIA, 2019).

A prefeitura de Vitória dispõe na secretaria de Assistência Social, dois tipos de proteção: proteção básica e proteção especial.

Na proteção básica, os Centros de Referência da Assistência Social (CRASS), no município de Vitória possuem 19 unidade atendendo por região, onde tem como objetivo de prevenir as vulnerabilidades, risco social e o fortalecimento de vínculos familiares e da comunidade VITÓRIA (2019).

Na proteção especial, abrangem a média e alta complexidade, começamos com a média complexidade onde os Centros de Referência da Assistência Social (CREAS), no município de vitória contam com 03 unidades, tendo como atendimentos em indivíduos e

famílias com os direitos violados, laços afetivos rompidos, onde disponibilizam serviços de orientação, inclusão social e garantia de seus direitos.

Os serviços são voltados para famílias com situações de trabalho infantil, abandono e negligência de crianças, violências contra crianças, adolescentes e idosos, abuso sexual, permanência nas ruas, famílias com adolescentes em conflito com a lei, e outras. VITÓRIA (2019).

Na proteção de alta complexidade, são indivíduos que não tem mais laços afetivos com seus familiares, que vão se encontrar em condição de rua. Atendem por meio de abrigos, casas lares, centros-dia, famílias acolhedoras, asilos e repúblicas monitoradas.

Os serviços objetivam o resgate dos vínculos familiares, o retorno à família nuclear ou extensa ou a construção de novos vínculos que permitam aos usuários uma vida autônoma na comunidade. estes serviços garantem proteção integral - moradia, alimentação, higienização e trabalho protegido - para famílias e indivíduos que se encontram sem referência ou em situação de ameaça, necessitando ser retirado do convívio familiar e/ou comunitário VITÓRIA (2019).

A seguir serão apresentadas políticas públicas voltadas ao enfrentamento da população em situação de rua.

4.2 POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA O ENFRENTAMENTO DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

O objetivo geral desse estudo foi identificar quais Políticas Públicas existentes para o enfrentamento da População em Situação de rua no município de Vitória (ES).

Para execução desta pesquisa foram levantados dados no site da Prefeitura Municipal de Vitória (PMV) – <https://www.vitoria.es.gov.br>.

Para a análise dos dados coletados no site da PMV foram considerados três (3) categorias.

Antes de apresentar os programas, projetos e serviços para o enfrentamento da População em Situação de Rua, importante destacar que segundo dados da secretaria de Assistência

Social da prefeitura de Vitória, estima-se que 800 pessoas vivem em situação de rua no município de Vitória, de acordo com os dados coletados pelas equipes de abordagem.

Nas reflexões de Antonini (2019) considera:

A população em situação de rua é um grupo heterogêneo, mas que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares rompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular. Procuram os logradouros públicos (ruas, praças, jardins, canteiros, marquises e embaixo de viadutos) como espaço de moradia e sustento, por contingência temporária ou de forma permanente, podendo utilizar albergues para pernoitar e abrigos.

Vale ressaltar, que segundo BRASIL (2021), a Política Nacional para a População em Situação de Rua (PNPSR) foi instituída pelo decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009, para assegurar o acesso amplo, simplificado e seguro aos serviços e programas que integram as diversas políticas públicas desenvolvidas pelos órgãos do Governo Federal.

Ainda BRASIL (2021) destaca que A PNPSR garante os processos de participação e controle social e possui entre seus princípios, além da igualdade e equidade, o respeito à dignidade da pessoa humana; o direito à convivência familiar e comunitária; a valorização e respeito à vida e à cidadania; o atendimento humanizado e universalizado; e o respeito às condições sociais e diferenças de origem, raça, idade, nacionalidade, gênero, orientação sexual e religiosa, com atenção especial às pessoas com deficiência.

A Política Nacional para Pessoas em Situação de Rua (PNPSR), dispõe dos princípios no artigo 5º da constituição:

I - Respeito à dignidade da pessoa humana;

II - Direito à convivência familiar e comunitária;

III - valorização e respeito à vida e à cidadania;

IV - Atendimento humanizado e universalizado; e

V - Respeito às condições sociais e diferenças de origem, raça, idade, nacionalidade, gênero, orientação sexual e religiosa, com atenção especial às pessoas com deficiência.

Também dispõe as diretrizes no artigo 6º da constituição:

I - Promoção dos direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais;

II - Responsabilidade do poder público pela sua elaboração e financiamento;

III - articulação das políticas públicas federais, estaduais, municipais e do Distrito Federal;

IV - Integração das políticas públicas em cada nível de governo;

V - Integração dos esforços do poder público e da sociedade civil para sua execução;

VI - Participação da sociedade civil, por meio de entidades, fóruns e organizações da população em situação de rua, na elaboração, acompanhamento e monitoramento das políticas públicas;

VII - incentivo e apoio à organização da população em situação de rua e à sua participação nas diversas instâncias de formulação, controle social, monitoramento e avaliação das políticas públicas;

VIII - respeito às singularidades de cada território e ao aproveitamento das potencialidades e recursos locais e regionais na elaboração, desenvolvimento, acompanhamento e monitoramento das políticas públicas;

IX - Implantação e ampliação das ações educativas destinadas à superação do preconceito, e de capacitação dos servidores públicos para melhoria da qualidade e respeito no atendimento deste grupo populacional; e

X - Democratização do acesso e fruição dos espaços e serviços públicos.

A população em situação de rua, segundo os autores presentes nesse trabalho, como por exemplo Santos, Tiengo, Silva, descrevem o processo a partir do capitalismo que desenvolveu essa expressão e seus impactos. Os elementos descritos acima, dispostos pela Constituição Federal, bem como a seguir, o qual apresentaremos os programas, projetos e serviços disponibilizados pela prefeitura de Vitória, garantem direitos e autonomia as pessoas em situação de rua.

4.2.1 Programas voltadas para o enfrentamento da População em Situação de Rua no município de Vitória (ES).

Consultório na Rua realiza um trabalho de atendimento aos cuidados básicos de saúde específico para os moradores de rua, muitos deles usuários de crack e outras drogas. O atendimento é feito em seus locais de permanência pelas equipes itinerantes (VITÓRIA, 2019).

Também são realizadas ações de educação em saúde, através de oficinas. Quando necessário, essas pessoas em situação de rua são encaminhadas para outros serviços da rede municipal, como atendimento nas unidades de saúde, no Centro Municipal de

Especialidades (CME), no Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Outras Drogas (CAPSAD) ou em qualquer outro serviço de referência (VITÓRIA, 2019).

São enfermeiros, psicólogos, assistentes sociais, motoristas e auxiliares de enfermagem que foram capacitados para atuar no programa, que consiste em um trabalho muito complexo, a começar pela delicada abordagem e pela criação de um vínculo de confiança com essas pessoas, passando pela persistência na oferta do serviço até o início de um tratamento efetivo (VITÓRIA, 2019).

O serviço funciona de segunda a sexta-feira, das 8 horas à meia-noite, e aos sábados, domingos e feriados, das 8 às 20 horas (VITÓRIA, 2019).

Lançado em 2013, o Programa "Onde Anda Você?" engloba projetos, nas áreas de Assistência Social, Saúde, Habitação, Educação, Trabalho e Geração de Renda, Esportes, Lazer e Cultura e integram um amplo trabalho de reinserção social de pessoas em situação de rua (VITÓRIA, 2019).

O trabalho é dividido em quatro etapas: prevenção, acolhimento, encaminhamento, integração e inserção social. A alternativa habitacional é oferecida por meio do Projeto Moradias Alternativas, desenvolvido pela Secretaria de Obras e Habitação (Semohab) (VITÓRIA, 2019).

4.2.2 Projetos voltadas para o enfrentamento da População em Situação de Rua no município de Vitória (ES).

O Centro de Referência da Juventude (CRJ) tem os jovens como público-alvo e oferece lazer, cultura, esporte, arte, música, atendimento psicossocial, discussão e formulação de políticas públicas. Igualmente voltado para cidadãos de até 29 anos, o Núcleo Afro Odomodê realiza rodas de conversa, exibição de filmes e oficinas gratuitas de percussão, penteado afro, forró, grafite, canto, moda e *break*, voltados para o resgate e a valorização da cultura afro (VITÓRIA, 2019).

o Pro Jovem, desenvolvido em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), destina-se a beneficiários do Programa Bolsa Família que tenham entre 15 e 17 anos. O objetivo é complementar a proteção social às famílias, criando meios de garantir a convivência familiar e comunitária e condições de inserções e permanência na escola. Entre as atividades oferecidas estão oficinas de malabares,

grafite, informática, break, *hip hop*, cinema, *funk*, *skate*, esporte e jornal (VITÓRIA, 2019).

Consultório na Rua realiza um trabalho de atendimento aos cuidados básicos de saúde específico para os moradores de rua, muitos deles usuários de crack e outras drogas. O atendimento é feito em seus locais de permanência pelas equipes itinerantes (VITÓRIA, 2019).

Também são realizadas ações de educação em saúde, através de oficinas. Quando necessário, essas pessoas em situação de rua são encaminhadas para outros serviços da rede municipal, como atendimento nas unidades de saúde, no Centro Municipal de Especialidades (CME), no Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Outras Drogas (CAPSAD) ou em qualquer outro serviço de referência (VITÓRIA, 2019).

São enfermeiros, psicólogos, assistentes sociais, motoristas e auxiliares de enfermagem que foram capacitados para atuar no programa, que consiste em um trabalho muito complexo, a começar pela delicada abordagem e pela criação de um vínculo de confiança com essas pessoas, passando pela persistência na oferta do serviço até o início de um tratamento efetivo (VITÓRIA, 2019).

O serviço funciona de segunda a sexta-feira, das 8 horas à meia-noite, e aos sábados, domingos e feriados, das 8 às 20 horas VITÓRIA, 2019).

Espaço de atendimento às pessoas em situação de rua na capital, a Escola da Vida atua de forma articulada com os demais projetos do programa "Onde Anda Você?" como acolhimento, tratamento de saúde, educação básica, aluguel social, atividades esportivas e culturais. Atende cerca de 30 pessoas a cada seis meses com acompanhamento efetivo dentro do projeto e outros três meses de monitoramento, para consolidação das ações construídas (VITÓRIA, 2019).

A Escola da Vida é o espaço de retaguarda e referência para identificar, desenvolver e fortalecer as habilidades empreendedoras das pessoas em situação de risco social com idade mínima de 14 anos atendidas pela rede de serviços da Assistência Social (Serviço de Abordagem, Centro-Pop, Abrigo e Casa Lar) e da Saúde (Centro de Atendimento Psicossocial de Álcool e Drogas e Consultório na Rua), prioritariamente os usuários de substâncias químicas, objetivando a (re)inserção social, comunitária e no "mundo do trabalho", tornando-os capazes de serem protagonistas de suas vidas (VITÓRIA, 2019).

4.2.3 Serviços voltadas para o enfrentamento da População em Situação de Rua no município de Vitória (ES).

Pessoas em situação de rua que estão fora da escola têm a oportunidade de iniciar ou retomar os estudos. As aulas são realizadas no Centro de Referência Especializado de Assistência Social para Pessoas em Situação de Rua (Centro Pop). A iniciativa é da Escola Municipal de Ensino Fundamental de Educação de Jovens e Adultos (EJA), mantida pela Secretaria de Educação de Vitória. A escola tem o objetivo de levar a educação onde os usuários podem estudar (VITÓRIA, 2019).

Centro de Referência Especializado de Assistência Social para População de Rua (Centro-Pop), que funciona como porta de entrada para adultos em situação de rua da rede da proteção social especial, tendo como finalidade principal a acolhida imediata deste público (VITÓRIA, 2019).

No espaço, pessoas em situação de rua são acolhidas, recebem kit de higiene pessoal, podem tomar banho e se alimentar. Os usuários também têm atendimento psicossocial e participam de oficinas de socioeducativas. As atividades são voltadas para a reinserção familiar dessas pessoas (VITÓRIA, 2019).

Com capacidade para atender 100 pessoas por dia, o Centro-Pop também recebe doações de roupas, cobertores, móveis, entre outras (VITÓRIA, 2019).

O Albergue para Migrantes tem como objetivo o atendimento de pessoas adultas em situação de vulnerabilidade social, que estão em trânsito pelo município de Vitória (VITÓRIA, 2019).

Oferece ao migrante atendimento psicossocial, orientações técnicas, passagem para recambio mento a cidades de origem ou cidade de destino, bem como, nos casos necessários, atendimento psicossocial, acolhimento, higienização alimentação por períodos previamente serão estabelecidos a cada uma Crianças e adolescentes que são atendidos somente com documentos e acompanhadas pelos responsáveis (VITÓRIA, 2019).

Os encaminhamentos para o serviço são realizados por meio do Centro de Referência Especializado da Assistência Social (Centro Pop), Serviço Especializado em Abordagem Social (SEAS) ou demanda espontânea (VITÓRIA, 2019).

A Casa República funciona como um espaço de acolhimento temporário a pessoas adultas com vivência de rua em fase de reinserção social, que estejam em processo de restabelecimento dos vínculos sociais e construção de autonomia. O serviço incentiva a participação dos usuários nos serviços ofertados no território. Os encaminhamentos para o serviço são realizados por meio do Abrigo para população em situação de rua, Hospedagem Noturna, Centro de Referência Especializado da Assistência Social (Centro Pop) e Escola da Vida (VITÓRIA, 2019).

A Casa Lar é um serviço que atende pessoas adultas em situação de rua com transtorno mental com poucas possibilidades de (re)inserção familiar

Visa a garantia da proteção integral, incluindo acolhimento, alimentação, higienização, atividades socioeducativas e atendimento psicossocial (VITÓRIA, 2019).

Os encaminhamentos para o serviço são realizados por meio do Abrigo para população em situação de rua de Vitória (VITÓRIA, 2019).

A Hospedagem Noturna é um serviço voltado à população adulta em situação de rua no município de Vitória. Garante a proteção social por meio de fornecimento de pernoite, acolhida, alimentação, higienização e acompanhamento psicossocial, que se encontram em situação de alto grau de vulnerabilidade social (VITÓRIA, 2019).

Os encaminhamentos para o serviço são realizados por meio do Centro de Referência Especializado da Assistência Social (Centro Pop), Serviço Especializado em Abordagem Social (SEAS) e Escola da Vida (VITÓRIA, 2019).

Nesse contexto, em que a pesquisa alcança o objetivo de denotar a relevância em apresentar os dados coletados no percurso da pesquisa, identificou as políticas públicas que viabilizam direitos a população em situação de rua, com abordagem nos espaços caracterizados a partir da realidade e o grau de vulnerabilidade. O acesso as políticas públicas através dos programas, projetos e serviços destinado a população de rua, possibilita o resgate da dignidade, autonomia, emancipação e de resgate de vínculos

familiares fragilizados, através dos recursos que o Estado viabiliza, em enfrentamento a expressão aqui abordada.

Estes projetos, programas e serviços disponibilizados à população em situação de rua no município de Vitória, busca enfrentar as vulnerabilidades vivenciadas por essa população, que com o acesso as políticas públicas, possam ter, reinserção a sociedade e garantia de seus direitos pela constituição. Apesar de todos os esforços, ainda de acordo com as informações no percurso da coleta de dados, não é suficiente, pois é necessário que amplie mais espaços, como por exemplo o Centro-pop que tem capacidade de 100 atendimentos por dia, o que diante de 800 pessoas e que esse número só aumenta principalmente diante aos últimos 02 anos, a possibilidade desse número ser ainda maior. É necessário aprofundar mais o estudo deste fenômeno, no intuito de ampliar o conhecimento e na busca de ampliar as ações em busca de melhores condições de vida a essa população.

A seguir, será realizada as considerações finais que encerram esta pesquisa.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo geral identificar quais os programas projetos e serviços para o enfrentamento a população em situação de rua no município de Vitória. O presente estudo buscou identificar quais os programas, projetos e serviços voltados para o enfrentamento da população em situação de rua. Anterior a este, contextualizamos a partir do contexto histórico, em relação às diversas formas de exploração, e como se deu a origem do fenômeno pessoas em situação de rua. quais motivações levaram as pessoas a se encontrarem em condição de rua, seus direitos violados.

Este trabalho, possibilitou mostrar a realidade da população de rua, porém com a possibilidade de busca a novas estratégias para o enfrentamento das vulnerabilidades vivenciadas pela população em situação de rua. Diante dos estudos realizados, percebe-se que a população em situação de rua é o grupo mais vulnerável, que necessita de políticas públicas que viabilizam seus direitos violados, lhes proporcionando dignidade.

O fenômeno população em situação de rua, abordado nesse trabalho, ressaltou a importância de descrever como a expressão se desenvolveu, quais os impactos causados na vida de uma pessoa em situação de rua, seus desafios diários como sobrevivência nas ruas e suas motivações que os levaram a estarem nessas condições. Outro aspecto, são os programas, projetos e serviços no enfrentamento da expressão que vem como estratégias no acolhimento e no resgate da autonomia desse grupo. Durante o processo de construção do trabalho, abordamos todos os elementos necessários para entender como se desenvolveu o fenômeno população em situação de rua, se faz necessário ser mais debatido, na perspectiva de gerar um estudo aprofundado e abrangente nas formas de enfrentamento e novas estratégias ou o aprimoramento nos serviços vigentes que sejam mais efetivas. Aprofundar o conhecimento nesse tema, trouxe uma reflexão na necessidade de aprimorar e aprofundar as análises aqui contidas nessa pesquisa, buscando futuras pesquisas, na perspectiva de estratégias de maior alcance a população em situação de rua.

REFERÊNCIAS

ANTOLINI, C. **População de rua.** A Prefeitura de Vitória promove a reinserção de quem mora nas ruas. 16/07/2019. Disponível em: <<https://www.vitoria.es.gov.br/população-de-rua>>. Acesso em: 04/06/2022.

Antonini, C, **População de rua. Prefeitura de Vitória promove reinserção de quem mora nas ruas.**16/07/2019. Disponível em: <https://vitoria.es.gov.br/população-de-rua>>.

Assembleia Legislativa do estado de Sergipe. **Políticas públicas: o que são e para que existem.** Disponível em: <https://al.se.leg.br/políticas-públicas-o-que-são-e-para-que-existem>. Acesso em:07/09/22. Publicado em: 16/11/2018.

BATTINI, ODALIA, SILVEIRA, ISOLDA, JUCIMERI. **SUAS: Sistema único de assistência social em debate.** São Paulo. Veras ed. Curitiba, PR:CIPEC, 2007.

BRASIL Lei nº7053 de 23 de dezembro de 2009. Diretrizes e Princípios do PNRSR. Disponível em:<https://planalto.gov.br>. Acesso em:27/11/2022.

BRASIL, 2019.Ministério da cidadania, Centro de Referência Social-CRAS atualizado em:16/12/2019. Disponível em: www.gov.br/cidadania/pt-br/ações-e-programas/assistência

BRASIL, Governo Federal, **Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.** Síntese da política para população de rua. Publicado em:27/10/2020 e atualizado em:24/04/2021. Disponivelem:www.gov.br/mdh/pt-br/navegueportemas/população-em-situação-de-rua/publicações/sumário. Acesso em: 20/08/2022.

Brasil, Governo Federal, **síntese da política para população de rua**, diário oficial da União, resolução nº40, edição 211. Seção 1, pág. 144. Publicado em 05/11/20

BRASIL,1993. Constituição Federal de 1998. Lei Orgânica de Assistência Social. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/civil_03/leis. Acesso em: 12/10/22.

BRASIL,2021, **Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.** Síntese da Política para População de rua. Publicado em: 27/10/2021.Disponível em: <https://www.gov.br/população-em-situação-de-rua/publicação>. Acesso em: 24/11/22

CARCANHOLO, R. **Capital: essência e aparência:** vol 2/Reinaldo A. Carcanholo1ed.- São Paulo: expressão popular,2013.

CASTEL, R. **As armadilhas da exclusão: Wanderley**, Mariângela; BÓGUS, Lucia; YAZBEK, Maria Carmelita. Desigualdade e a Questão Social.2º edição. Revista e ampliada. São Paulo. EDUC. 2000.

CASTEL, R. **As metamorfoses da Questão Social:** uma crônica do salário/Robert

CASTEL; tradução de Iraci D. Poleti. - Petrópolis, RJ: Vozes,1998.

CEFESS, Manifesta. 1º Congresso- Nacional do movimento da população de rua. Disponível em: ceffes.org.br/arquivos/cefessmanifesta-2012-popua. Acesso em: 06/08/2022.

CHAVES.H. **Desigualdade e privação de Direitos na sociedade Capitalista e suas expressões no Brasil** número:143. Publicado em 2022. Disponível em:

CHIMINI, L. **Questão Social no Brasil: Luta de Classes e a perda de Direitos.** Porto Alegre BDF R. S / 28 janeiro 2021.Disponível em: <www.brasildefatores.com.br>. Acesso em 01/05/2022.

DEMO, P. **Pobreza socioeconômica e Política.** Economia política e sociologia, Universidade Federal de Santa Catarina, setembro de 1980.

ESCOREL, S. **Vidas ao léu:** Trajetória de exclusão social,1 ed. Rio de Janeiro: de Fiocruz,1999.

ESCOREL, S. Vidas ao léu: **trajetórias de exclusão social**,1ªedição, Rio de Janeiro: Editora Fiocruz,1999.

FALEIROS.V.P. **A política social do estado capitalista:** as funções da previdência e assistência social.7 ed. São Paulo: Cortez,1995.

GERSCHMAN, S, and. Viana. MLN. org. **A miragem da pós-modernidade:** Democracia e políticas públicas no contexto da globalização. Rio de Janeiro, editora Fiocruz,1997. Acesso em 08/05/2022.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa.** 5º. Ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6º. Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GONSALVES, E.P. **Conversa sobre iniciação à pesquisa científica**. 5.ed. Campinas-São Paulo: Alínea, 2011.

<https://www.CEFESS.org.br/> sociais defendem os direitos da população em situação de rua. Acesso em 17/6/2022.

IAMAMOTO, M.V. **o Serviço Social na contemporaneidade: Trabalho e formação profissional**. 7 ed – São Paulo, Cortez, 2004. P. 114-115.

IAMAMOTO, M.V. **Relações Sociais no Brasil**, de 38º São Paulo: Cortez. 2013.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. População em Situação de rua. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br> Acesso em: 05/04/2022.

MARCONI, M.A. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 7º ed. São Paulo: Atlas, 2016.

MARX, Karl. O capital: crítica da economia política. 1 e 3. 31. ed. Rio de Janeiro:

META. Instituto de Pesquisa de opinião. Relatório final do primeiro censo Nacional e pesquisa amostral sobre a população em situação de rua. Porto alegre, 2008.

MILHOMEM, L. **Classe operária-surgimento, história e direitos trabalhistas 19 de março de 2021**. Disponível em: <https://www.conhecimento.cientifico.com>história>. Acesso em: 08/05/2022.

MINAYO, M. C. D. S. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

MORAES, P. Observatório 3º setor. **Morador de rua e Situação de rua: Quais as diferenças?** Publicado em: 11/05/2022. Acesso em: 29/08/2022. Disponível em: <https://observatorio3setor.org.br/observatorio-em-movimento/justica-e-direito/morador-de-rua-e-pessoas-em-situacao-de-rua-quais-as-diferencas>.

NETTO, J.P. **Capitalismo monopolista e serviço social** "in- notas a propósito da Questão Social. 3ª edição ampliada. São Paulo: Cortez, 2011. p.152-154.

Nunes, N, R; Senna, M,C,M; Cinacchi,G,B. **População em Situação de rua; abordagens interdisciplinares**. Intersetoriais; 1 ed. Porto Alegre, ed Rede Unida,2022.

Observatório do 3º setor. **Movimento Nascido em São Paulo pelos direitos da população de rua**. Disponível em: observatóriodo3ºsetor.org.br/carrossel/movimento-nascido-em-são-paulo-luta-pelos-direitos-da-população-de-rua. Acesso em:20/08/2022.

PASTORINI, A. **A categoria “questão social” em debate/Alejandra Pastorini. -3 ed.- São Paulo: Cortez,2010.**

PEREIRA, POTYARA.A.P.A. **Assistência Social na perspectiva dos direitos- críticas aos padrões dominantes de proteção aos pobres no Brasil**. Brasília: Thesaurus-1996.

PRATES, Jane Cruz; PRATES Flávio Cruz; MACHADO Simone. **Populações em situação de rua: os processos de Exclusão e inclusão precária vivenciados por esse segmento**. Revista Temporalis, Brasília (DF), ano 11, n.22, p.191-215, jul./dez. 2011.

PREFEITURA DE VITÓRIA. **População de rua**. Disponível em: <https://www.vitoria.es.gov.br>. Atualizado em:28/05/2019. Acesso em:12/10/2022.

SANTOS, J.S. **Questão Social, particularidades no Brasil**- São Paulo. Cortez 2012- coleção biblioteca básica de Serviço Social; Vol. 6.

SILVA, M.L. **Trabalho e População em Situação de rua no Brasil**-São Paulo:1ª edição. Cortez,2009.

SILVA, Maria, **trabalho e população em situação de rua no Brasil**,1ª edição, editora Cortez-São Paulo: Cortez, 2009.

SILVA, SILVA, OZENIRA.M. **A Política Social Brasileira no século XXI: A prevalência dos programas de transferência de renda**, São Paulo, Cortez,2004.

-Social. Acesso em: 12/10/22.

Tiego, V. **Rualização e informalidade: frutos do capitalismo**, 1ª edição-Curitiba: Appris, 2020.

TIENGO, V.M. **Rualização e Informalidade: Fruto do capitalismo** -1ªed-Curitiba: Appris, 2020

YAZBEK, M.C. **Revista temporalis**. Pobreza e exclusão social: expressões da Questão Social no Brasil. Associação Brasileira de ensino e pesquisa do Serviço Social. Ano 2 nº3 (jan/jul. 2001). Brasília: ABEPSS, Graflin, 2001.p 34.